

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Foi noticiada nos órgãos de comunicação social a violenta agressão de dois cidadãos imigrantes na Rua da Alegria, na cidade do Porto. As agressões foram registadas em vídeo, tendo este sido divulgado por diversos órgãos de comunicação social. As imagens denotam uma violência extrema e, aparentemente, casual, o que as torna particularmente chocantes. Segundo é reportado, as vítimas das agressões são de nacionalidade indiana e tiveram que ser assistidas no Hospital de Santo António.

Como é sabido, os ataques violentos a imigrantes são hoje uma realidade em Portugal, ocorrem um pouco por todo o território e com cada vez maior frequência. Este fenómeno tem causado um forte sentimento de insegurança nas comunidades imigrantes, o que é mais do que compreensível. Também por essa razão é imperioso que episódios como este, não tendo sido prevenidos, sejam rápida e eficazmente apurados pelos órgãos de investigação criminal.

Com efeito, para além de ser fundamental perceber os contornos que levaram a estas agressões, é, também, essencial compreender se existiu motivação racista ou xenófoba. E é preciso apurar a intencionalidade desde logo porque, em caso afirmativo, todo o desenrolar do processo é diferente, nomeadamente no que diz respeito ao órgão que tem competência para investigar este tipo de crime. Por outro lado, é fundamental que – a verificar-se a motivação racista – este tipo de crimes de ódio seja devidamente classificado pelas autoridades como tal e sancionados não só em termos judiciais como em termos de discurso político e políticas públicas.

Para além disso é necessário saber se as vítimas foram devidamente protegidas e os seus direitos acautelados, nomeadamente se lhes foi dado apoio psicológico, se foram dadas todas as informações relativamente ao processo e se foi disponibilizado apoio jurídico. É que, além de tudo, as vítimas imigrantes costumam ser particularmente vulneráveis, quer porque desconhecem o sistema judiciário português e os direitos que lhes assistem, quer porque muitas vezes temem exercer esses mesmos direitos por se encontrarem em situação irregular.

A par de uma resposta adequada e rápida por parte das autoridades, a monitorização e a compreensão plena destes fenómenos são ferramentas essenciais para que possam ser adotadas as necessárias políticas de prevenção, assim transmitindo segurança à comunidade.

Esta situação exige esclarecimento, pelo que atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através da Ministra da Administração Interna as seguintes perguntas:

1. Tem o Ministério conhecimento desta situação?
2. Foram os autores destas agressões identificados? Em caso negativo, que diligências foram tomadas para os identificar?
3. Que diligências foram tomadas para apurar a motivação das agressões?
4. Foram as vítimas devidamente protegidas, nomeadamente enquanto vítimas de crime violento?

Palácio de São Bento, 6 de junho de 2024

Deputado(a)s

FABIAN FIGUEIREDO(BE)